

# Câmara Municipal de Ubá

ESTADO DE MINAS GERAIS

A.O.J.R.  
15/02/16

PROJETO DE LEI Nº

04/16

**“Altera a redação da Ementa e do Art. 1º da Lei Municipal nº 4.325, de 06 de novembro de 2015 que “Regulamenta, no âmbito do Município de Ubá, o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, que dispõe sobre a revisão geral e anual da remuneração dos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e fundações municipais”.**

**Art. 1º.** A Ementa da Lei Municipal nº 4.325, de 06 de novembro de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Regulamenta, no âmbito do Município de Ubá, o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, que dispõe sobre a revisão geral e anual da remuneração dos servidores públicos do Poder Executivo, das autarquias e fundações municipais”.*

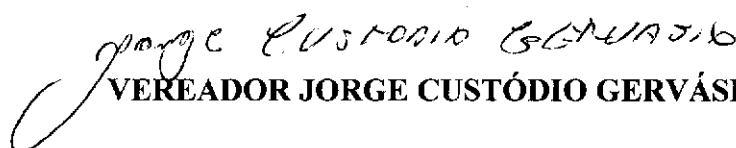
**Art. 2º.** O Art. 1º da Lei Municipal nº 4.325, de 06 de novembro de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 1º. As remunerações dos servidores públicos do Poder Executivo e das autarquias e fundações públicas municipais serão revistos, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição, no mês de janeiro de cada ano, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões, observado, quando aos proventos e pensões, o disposto na Constituição da República”.*

**Art. 3º.** Permanecem inalterados e em pleno vigor os demais dispositivos da Lei Municipal nº 4.325, de 06 de novembro de 2015.

**Art. 4º.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Plenário, “Vereador Lincoln Rodrigues Costa”, da Câmara Municipal de Ubá, aos 15 de fevereiro de 2016.

  
**VEREADOR JORGE CUSTÓDIO GERVÁSIO**



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
GABINETE DO PREFEITO

**LEI Nº 4.325, DE 06 DE NOVEMBRO DE 2015**

*Regulamenta, no âmbito do Município de Ubá, o inciso X do art. 37 da Constituição Federal, que dispõe sobre a revisão geral e anual da remuneração dos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo, das autarquias e fundações municipais.*

O Povo do Município de Ubá, por seus representantes, decretou, e eu, em seu nome, sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. As remunerações dos servidores públicos dos Poderes Executivo e Legislativo e das autarquias e fundações públicas municipais serão revistos, na forma do inciso X do art. 37 da Constituição, no mês de janeiro de cada ano, sem distinção de índices, extensivos aos proventos da inatividade e às pensões, observado, quando aos proventos e pensões, o disposto na Constituição da República.

Art. 2º. A revisão geral anual de que trata o art. 1º observará as seguintes condições:

I - autorização na lei de diretrizes orçamentárias;

II - definição do índice em lei específica;

III - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;

IV - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pelo governo, preservados os compromissos relativos a investimentos e despesas continuadas nas áreas prioritárias de interesse econômico e social;

V - compatibilidade com a evolução nominal e real das remunerações no mercado de trabalho; e

VI - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o art. 169 da Constituição e a Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE UBÁ**  
ESTADO DE MINAS GERAIS  
GABINETE DO PREFEITO

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Ubá, MG, 06 de novembro de 2015

EDVALDO BAIÃO ALBINO  
(Vadinho Baião)  
Prefeito de Ubá

DO-e: 09/11/2015